

FILHAS DE ANTÍGONA no PAÍS DAS TRÊS MARIAS? uma questão de gênero e genealogia¹

Hilary Owen
Universidade de Manchester

ABSTRACT:

This article explores the importance of *Novas Cartas Portuguesas* as an anti-foundationalist founding work for contemporary women's writing in Portugal. Given the centrality of Sophocles' Oedipus in the construction of male-authored canonical continuity in Western tradition, I evaluate the shifting significance attributed to the anti-genealogical figure of Antigone as a viable "alternative" paradigm for reading women writers in terms of lineage. Placing *Novas Cartas Portuguesas* in dialogue with feminist and gender theories of Antigone by Judith Butler and Luce Irigaray, I explore the ways in which the Three Marias have enabled the counter-mapping and resistance of maternal genealogy as a paradigm for structuring women's cultural memory in the context of Portuguese literary tradition.

RESUMO:

Este ensaio explora a importância de *Novas Cartas Portuguesas* como uma obra simultaneamente fundadora e anti-fundacionalista para a escrita contemporânea de mulheres, em Portugal. Dada a centralidade de Édipo, de Sófocles, na construção da continuidade canônica da autoria masculina na tradição ocidental, analiso a importância variável atribuída à figura anti-genealógica de Antígona como um paradigma "alternativo", viável para ler a obra de mulheres escritoras em termos de linhagem. Colocando *Novas Cartas Portuguesas* em diálogo com teorias feministas e de gênero de Judith Butler e de Luce Irigaray sobre Antígona, exploro a forma como as Três Marias permitiram o contra-mapeamento e a resistência da genealogia maternal, configurando-se como paradigma para a estruturação da memória cultural das mulheres no contexto da tradição literária portuguesa.

KEYWORDS:

New Portuguese Letters,
Antigone, canon,
anti-genealogy

>>

PALAVRAS-CHAVE:

Novas Cartas Portuguesas,
Antígona, cânone,
anti-genealogia

*Vós lego, pois, sempre, eu sempre Lego, o passamento meu
(nosso) e este jogo (como não) final?:*

Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta,
Maria Velho da Costa, *Novas Cartas Portuguesas*

16>17

Tal como a citação de *Novas Cartas Portuguesas* acima transcrita sugere, uma importante consideração a ter em conta aquando da leitura da produção escrita de mulheres em Portugal ao longo do século XX diz respeito às questões das ligações, da continuidade, dos legados e da transmissão cultural entre mulheres e gerações de mulheres, portanto, entre a primeira e a segunda vagas de escritoras. O *boom* da produção literária e da publicação de obras de mulheres em Portugal, que se verificou ao longo do período referente à “segunda vaga” feminista pós-25 de Abril e marcou o último quartel do século XX, foi já extensivamente analisado e comentado. Todavia, e tal como é apontado por Chatarina Edfeldt, a inexistência de uma ligação documentada entre as gerações actuais e as escritoras do passado (da época anterior a 1950), cujos trabalhos com frequência se perderam, foram suprimidos ou permanecem por publicar, mas que certamente não são inexistentes, não só cria a ilusão óptica de uma “escrita feminina” sem uma história, como também estabelece o “ressurgimento” de escritoras como algo co-originário ao 25 de Abril (Edfeldt 2006: 181-201). Como diz Ana Paula Ferreira:

Considerando que entre finais dos anos trinta e finais dos anos quarenta se regista a primeira grande vaga de ficção de autoria feminina nas letras portuguesas, fenómeno só comparável àquele advindo após a segunda metade dos anos setenta, é caso para se reflectir porquê essas obras foram sepultadas na memória de um tempo eivado tanto de silêncios e anonimatatos quanto de vozes audíveis, resistentes e combativas. (Ferreira 2000: 15)

As principais histórias da literatura e os cânones elaborados em Portugal desde 1974 não foram, na sua grande maioria,

reestruturados de modo a acomodarem qualquer reformulação radical da história literária e da genealogia das mulheres por si só, quer em relação ao crescimento verificado recentemente, quer em articulação com aquelas gerações passadas, especialmente as que precedem o século XX, que só agora começam a ser recuperadas. Neste contexto, é tão axiomático quanto previsível que a crítica feminista continue sendo uma experiência complexa e conflituosa no seio da própria academia literária portuguesa, o que confere um papel de destaque, no desenvolvimento das agendas da crítica feminista, às colaborações internacionais provenientes, em particular, das áreas das Literaturas Anglo-Americana, Francesa e Comparada, em Portugal, e dos Estudos Portugueses, no exterior. Em 2000, Ana Paula Ferreira observou, a este respeito, que “os Estudos de Literatura Portuguesa têm sido praticamente impermeáveis a perspectivas centradas seja na categoria ‘mulheres escritoras’, seja em questões relativas à política do sexo” (Ferreira 2000: 17).

>>

Por sua vez, tal facto levanta significativas interrogações que apontam para políticas de amnésia cultural marcadas pelo género, que inflectem a escrita, a subjectividade e a recepção das mulheres enquanto escritoras que produzem em Portugal. E é isto que sustenta este artigo, bem como o livro que escrevi juntamente com Cláudia Pazos Alonso, *Antigone's Daughters? Gender, Genealogy and the Politics of Authorship in 20th-Century Portuguese Women's Writing*, trabalho que explora as políticas da autoria feminina no século XX e a sua relação com as questões de perda (leia-se supressão, inacessibilidade ou rejeição), por parte das mulheres, de uma memória cultural do género feminino. O facto de nos debruçarmos sobre a obra de mulheres que são já consagradas ou se têm vindo a consagrar reflecte a nossa perspectiva de que o processo de formação da canonicidade feminina é também um processo estratégico em si mesmo, merecedor de um estudo no âmbito de um quadro político feminista. Como pretendemos demonstrar, não se trata destas mulheres atingirem o estatuto “incorpóreo”, transcendental ou

universal de “génios” que, de alguma forma, as coloca “acima” de quaisquer considerações de diferenciação entre gêneros ou sexos. Graça Abranches comentou de forma notável que, na ausência (ou supressão) de uma forte tradição literária feminina em português, a necessidade que as mulheres sentiram de inventar outras genealogias ou tradições de escrita se traduziu quer em “re-acentuações, re-valorizações ou subterrâneas interpelações mais marcadas da palavra masculina alheia, [quer] num diálogo textual mais íntimo com outras tradições literárias [estrangeiras]” (Abranches 1998a: 2). Focando seis escritoras de renome, que se consagraram a níveis distintos — Florbela Espanca (1894-1930), Irene Lisboa (1892-1958), Agustina Bessa-Luís (1923-), Natália Correia (1923-1993), Hélia Correia (1949-) e Lídia Jorge (1946-) —, o nosso livro propôs-se a averiguar como se comprometeram com a formação de uma memória cultural portuguesa marcada pelo gênero, tanto nas suas negociações da subjectividade da escrita feminina, como nos seus diálogos com as influências de autoria feminina e masculina provenientes de Portugal e do exterior. A metodologia crítica feminista que desenvolvemos para esta análise remete-nos para a citação acima provida, que foi retirada de *Novas Cartas Portuguesas*, uma obra que, como nenhuma outra, aborda as questões polémicas que envolvem o legado e a continuidade.

Nas três décadas e meia que passaram desde a sua publicação, nenhuma obra literária ou texto crítico produzido em português conseguiu, até à data, destronar as *Novas Cartas Portuguesas*, de Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa (As Três Marias), do seu icónico papel de “texto fundador” da segunda vaga do feminismo português. Produzido colectivamente enquanto texto epistolar pelas suas três autoras, é famoso por ter sido banido em 1972, portanto, nos últimos anos de vida do regime do Estado Novo. Apesar de se terem desvanecido na obscuridade e terem estado esgotadas em Portugal durante grande parte dos anos 80 e 90, as *Novas Cartas*

têm demonstrado ser uma sólida referência da memória cultural nacional para as políticas feministas e a cultura literária portuguesas e também estrangeiras, cujo impacto ainda se faz sentir no século XXI. Embora possa continuar a ser uma obra ressonante a nível nacional e internacional, é, ao mesmo tempo, difícil imaginar um “ponto de partida” mais provocador e problemático do que as *Novas Cartas* para o estudo da escrita feminina portuguesa do século XX.

A questão que o texto deixa tipicamente em aberto na citação acima transcrita é, precisamente, a que se refere aos temas do legado e da continuidade, das estratégias através das quais o auto-reconhecimento crítico e a memória cultural de um escritor vêm a ser construções de género, e do significado que isto tem vindo a assumir para determinadas escritoras portuguesas do século XX. Se parte da resposta a esta questão diz respeito a metáforas temporais e a paradigmas genealógicos, como veremos mais adiante, ela é também espacial e geopolítica, e aparece interligada com a história das relações portuguesas com o feminismo internacional. Em 1993, Ana Paula Ferreira colocou a seguinte questão: “porque é que no país das ‘três Marias’, a crítica literária, com a notável excepção de Isabel Allegro de Magalhães, dificilmente forjou ainda um espaço discursivo para os estudos literários feministas?” (Ferreira 1993: 16). Mas, onde fica exactamente “o país das Três Marias”?

No que concerne especificamente à literatura portuguesa, o primeiro gesto verdadeiramente precursor da crítica feminista pós-25 de Abril surgiu pelas mãos de Isabel Allegro de Magalhães e assumiu a forma de dois estudos. *O Tempo das Mulheres* (1987) e *O Sexo dos Textos* (1995) identificam metáforas literárias de tempo e de espaço na escrita feminina, que são qualificadas como sendo tipicamente femininas. Em resposta a esta abordagem, Maria Irene Ramalho de Sousa Santos e Ana Luísa Amaral avançaram um estudo numa perspectiva pós-estruturalista que, efectivamente, preparou o terreno por onde a crítica do feminismo português haveria de prosseguir, seguindo duas linhas

>>

filosóficas de pensamento distintas que opunham o essencialismo sexual à sua desconstrução: as políticas da identidade (a sexualização do autor) e/ou a “escrita feminina” (a sexualização da escrita uma teoria que deriva, de uma forma geral, das leituras do Feminismo francês) por oposição ao construcionismo de gênero, à teoria discursiva e à performatividade (na linha da teoria *queer* de Butler e do pensamento de Foucault).

O ensaio prenunciador “Sobre a ‘Escrita Feminina’”, de Santos e Amaral, apresentado em 1997 num workshop que se realizou no CES, marcou um ponto de ruptura pós-estruturalista em relação à sexualização dos “textos femininos” proposta por Magalhães. Nele, as co-autoras tomam como ponto de partida a sua decisão de passarem a colocar a expressão “escrita feminina” entre aspas, insistindo antes no “camaleónico fingimento da máscara poética” (Santos/Amaral 1997: 2). Esta é uma posição que Santos desenvolve a fundo no seu artigo “Reinventando Orfeu”, publicado em 1998 na revista *Portuguese Studies*, que explora o mascaramento do sujeito lírico de Nietzsche numa “personificação de estratégias para o questionamento, senão a subversão, dos papéis poéticos” (Santos 1998: 126). Aqui ela analisa detalhadamente alguns exemplos de apropriação, reversão e revisão levados a cabo por poetisas em relação às míticas posições de sujeito/objecto canonizadas pelos homens na tradição orfaica. Ao analisar a partir de dentro o irónico desmascaramento do simbolismo masculino que é feito pelas mulheres, Santos lança também importantes considerações relativamente à não reconhecida natureza fantasmática da posição “neutral” a partir da qual o homem fala enquanto artista e crítico autoritário.

Embora apoie veementemente este decisivo afastamento em relação à rigidez do essencialismo da “escrita feminina”, que dominou a maioria das representações da questão da literatura feminista em Portugal feitas na imprensa popular, abordarei o trabalho precursor de Santos e Amaral tendo em conta duas advertências e modificações. A primeira diz respeito à

crença imediata de que historicamente as mulheres tiveram acesso, nos mesmos termos que os homens, a estratégias de mascaramento do género, de fluidez da assinatura e de transgressão estética do simbolismo sexual. Como Anne McClintock observou, nem todas as paródias de representações do género são igualmente libertadoras ou universalmente transgressivas, dependendo, então, das relações de poder em vigor no contexto em causa (McClintock 1995: 68-9). O trabalho desenvolvido por Andrew Elfenbein no âmbito da homossexualidade e do génio romântico aponta para a validação que era permitida a génios do sexo masculino "efeminados" no século XIX, mas não a génios do sexo feminino "masculinizados" (leia-se incaracterísticos) (Elfenbein 1999: 5).

>>

A segunda advertência, que está relacionada com a primeira, diz respeito ao risco de negação de histórias misóginas de criatividade artística, que advêm da convicção de que as histórias materiais do corpo, sexuado ou não, se dissolvem ou são ultrapassadas sob o chapéu da Grande Arte. No que concerne ao histórico processo de sexualizar a ideia de génio, esta ideia constitui o cerne do clássico trabalho intitulado de *Gender and Genius*, da filósofa feminista britânica Christine Battersby. Ela interroga-se quanto à capacidade das mulheres de "manipularem conceitos estéticos retirados de uma mitologia e de uma biologia que eram profundamente anti-femininas" (Battersby 1989: 23). O debate histórico despoletado por Battersby em torno da conceptualização de génio, desde os clássicos gregos e romanos, passando pelo iluminismo filosófico e pela literatura romântica dos séculos XVIII e XIX, até à era moderna, demonstra que a concepção do génio enquanto masculino dependia, em simultâneo, de uma construção misógina do corpo feminino enquanto Outro. Ao atestar que os "vocabulários derivados do elogio estético e aqueles que provêm da diferença sexual" (*idem*: 6) aparecem profundamente interligados na história do pensamento ocidental, Battersby aproxima de forma significativa o seu pensamento do da filósofa feminista Luce Irigaray.

Uma complicação fundamental que Battersby identifica ao longo do seu projecto, e que será relevante nas nossas leituras, refere-se à apropriação, por parte do artista do sexo masculino, de características “femininas”, construindo o génio como um atributo *quasi* divino. Nesta casa dos espelhos, o biologismo e a misoginia, que informam o *logos spermatikos* [a razão seminal] como fonte do poder criativo masculino, são, então, convenientemente camuflados por uma aparente validação da “feminilidade” que, na realidade, apenas licencia o génio artístico quando esta “feminilidade” se aplica aos homens. Assim, e tal como a autora destaca, o cruzamento de géneros sugerido pela feminização do génio do sexo masculino funcionou de forma positiva para os homens, mas o contrário não se verificou; portanto, “uma mulher que criasse era confrontada com um duplo dilema: ou sacrificava a sua sexualidade (não se tornando verdadeiramente masculina, mas sim um ‘homem fingido’), ou permanecia feminina e mulher e, consequentemente, não era reconhecida como génio” (*idem*: 3). Produzido nos finais dos anos 90, o trabalho de Andrew Elfenbein corrobora o posicionamento de Battersby de que o culto do génio bloqueou historicamente o caminho de artistas do sexo feminino (Elfenbein 1999: 5) e de que o génio masculino se apropriou da “feminilidade” em detrimento de verdadeiros génios femininos. No entanto, ao trabalhar na perspectiva da história *queer*, Elfenbein faz também uma valiosa actualização e complexificação da tendência que Battersby apresenta de dissimular as questões de identidade sexual dos homens, observando que “o peculiar estatuto de género do génio significava que o desejo heterossexual não podia ser tido como um dado adquirido” (Elfenbein 1999: 32). Neste contexto, Elfenbein afasta de forma pertinente o debate sobre o génio das armadilhas essencialistas sugeridas pelas declarações finais de Battersby quando afirma que “uma estética feminista é aquela que expõe o preconceito que representa a mulher como desprovida, procura apontar formas de lhe escapar (...) e, então, vai mais além, ras-

treando as tradições matrilineares de realização cultural” (Battersby 1989: 10).

Embora a presente análise aceite o imperativo de expor e resistir ao preconceito sexual na história literária, exploro alternativas à imposição avançada por Battersby de que esta exposição tenha necessariamente de conduzir ao rastreamento de tradições matrilineares. Tal como demonstraremos, a tradição matrilinear em Portugal tem, efectivamente, as suas próprias especificidades, o seu próprio lugar conflituoso e problemático no discurso do género e das políticas radicais expostas por textos da segunda vaga, tais como as *Novas Cartas Portuguesas*. Assim, reorienta-se a agenda política de Battersby, que expõe os mecanismos do preconceito histórico, para uma resposta não-essencialista, que enfatiza a construção histórica do sujeito através do discurso. Este movimento baseia-se substancialmente na obra “Nietzsche, Genealogia e História”, de Michel Foucault, na qual o autor avança o conhecido argumento de que:

>>

A busca da descendência não é o erigir de fundações: pelo contrário, perturba o que anteriormente era considerado imóvel; fragmenta aquilo que se pensava unificado; mostra a heterogeneidade daquilo que se imaginava consistente consigo mesmo. (Foucault 1977: 82)

A imobilidade da história literária, em particular, está muito ligada ao seu papel de discurso da descendência nacional. Como Anna Klobucka observou, o processo de construção do cânone está, ele mesmo, profundamente embutido na história da construção da nação liberal e, portanto, no discurso da nação. Logo, Klobucka afirma que “é precisamente o conceito de cânone literário nacionalmente específico que adquiriu, do início do século dezanove em diante, um lugar de destaque nas articulações da nação e uma função crucial na criação de uma consciência homogénea” (Klobucka 2000: 75).² São precisamente os ditames ideológicos da nacionalidade que requerem que a história literária seja estratificada e solidificada num cânone pedagógico.

Na obra *O Conhecimento da Literatura. Introdução aos Estudos Literários*, Carlos Reis descreve de forma particularmente clara o modo como a articulação convencional da história literária nacional delinea um discurso de “evolução” no qual cada geração, movimento ou -ismo desloca aquele que o antecede, à medida que incorpora sucessivas e progressivas inovações vanguardistas e atravessa a luta inter-geracional (Reis 1995: 73, 384-5). Como Chatarina Edfeldt observa, Reis leva a cabo a importante tarefa de desnaturalizar e politizar o processo de formação da história literária através da sua análise da interferência do discurso ideológico no processo evolucionário (Edfeldt 2006: 70). No entanto, este modelo marcadamente darwinista de desenvolvimento evolucionário através da luta, que deriva das ciências naturais, assenta simultaneamente, e tal como é apontado por Vítor Aguiar e Silva na sua obra clássica *Teoria de Literatura*, no paradigma meta-histórico (e patriarcal) que é o drama edipiano de Freud, segundo o qual o filho combate a figura paterna castradora, paradigma que foi emblematicamente por Harold Bloom na sua obra *The Anxiety of Influence*. Além disso, este modelo de tempo linear e desenvolvente é fulcral para as conceptualizações de espaço imperial e nacional do século XIX. Como Anne McClintock observa, “o evolucionismo e a antropologia sociais facultaram, então, à política e à economia um conceito da temporalidade que era natural por ser *familiar* (...). Há, todavia, um problema que aqui se apresenta, pois a Árvore Genealógica representa o tempo evolucionário como sendo *um tempo sem mulheres*” (McClintock 1995: 38-9). Se o tempo da canonicidade literária nacional é estruturado como um tempo familiar “sem mulheres”, para que papel são relegados “o feminino” e a “alteridade feminina” em relação ao cânone nacional patrilinear?

Édipo pode reinar absoluto sobre a evolução patrilinear da tradição literária enquanto genealogia. Mas, que alternativas restam para descrever a realidade da criatividade literária feminina em termos dos grupos, das comunidades e das liga-

ções que este discurso exclui? E o paradigma matrilinear? E qual o papel do parentesco e da afiliação na delineação da história literária? Nos últimos anos, algumas das mais produtivas respostas feministas à “camisa-de-forças” que é a influência filial edipiana têm-se centrado na clássica figura rebelde de Antígona, a irmã de Édipo. Tendo isto em mente, exploram-se aqui as possibilidades abertas pelas revisões de Antígona, que são providas por diferentes teorias feministas e *queer*, questionando o que nos permitem fazer em resposta à narrativa meta-histórica edipiana da genealogia literária. Na obra *The Antigone Complex: Ethics and the Invention of Feminine Desire*, Cecília Sjöholm segue os passos de Judith Butler ao pegar na famosa questão retórica levantada por George Steiner, que passamos a transcrever: “o que teria acontecido se a psicanálise tivesse tomado Antígona, e não Édipo, como ponto de partida?” (Butler 2000: 57).

>>

Tendo sido interpretada como uma figura altamente polêmica e ambivalente pela filosofia, pela teoria psicanalítica e pelos estudos de gênero, Antígona actua como um índice particularmente útil para a leitura de perspectivas feministas divergentes acerca da correlação entre o gênero e a genealogia. Como é observado por Isabel Capelo Gil, para Lacan, Antígona é, por excelência, a “mulher morta” silenciada que permite que a produção cultural ocidental se faça pela exclusão da Mulher (Gil 2006: 70). Judith Butler notou também que, de acordo com umas das suas interpretações etimológicas, o nome de Antígona significa “anti/gone” ou “anti/generation” [anti/geração] (Butler 2000: 22). Porém, nas várias leituras que faz de Antígona, Luce Irigaray advoga que se releiam as relações entre mãe e filha e as ligações matrilineares.³

É, efectivamente, para os trabalhos de Irigaray e de Butler que nos voltamos agora, de modo a explorar as posições distintas que destacam em relação às limitações da genealogia maternal. Como Cecília Sjöholm constata, Irigaray “invocou Antígona como um símbolo do desejo feminino, substituindo Édipo não

como uma alternativa simétrica, mas como uma figura que representa uma outra linhagem” (Sjöholm 2004: 112). Tendo em vista a criação de um simbólico feminino completamente independente da ordem patriarcal, os escritos de Irigaray sobre Antígona convocam uma ética de diferenciação sexual que vai além da dialética de universalidade hegeliana (masculina), que exclui necessariamente as mulheres da auto-consciência e reduz a sua diferença a um mero “outro do mesmo”. Antígona é, por consequência, lida em termos do seu potencial para possibilitar a existência de espaços alternativos de auto-reconhecimento feminino, baseados numa diferenciação não dialéctica, mas sim ilimitada, no desejo feminino fluente e na restituição das relações historicamente suprimidas entre mãe e filha. Nas palavras de Irigaray, “a afronta de Édipo e da psicanálise é o esquecimento da importância do relacionamento entre mãe e filha e da genealogia das mulheres, em particular na forma como se relacionam com a fecundidade natural, mas também no que diz respeito ao seu papel fundamental na constituição de uma identidade de género viva e ética” (Irigaray 1993c: 134-35). Assim, Irigaray lê Antígona, entre outras coisas, em termos da urgência de se restituírem as relações maternas e a tradição matrilinear para as mulheres. Para Irigaray, Antígona e Polínicce são irmãos que partilharam o ventre da mesma mãe (Irigaray 1985: 217, 219), o que leva a que a defesa que Antígona faz do seu irmão seja, em última análise, um sinal da sua lealdade para com a mãe que deu à luz Polínicce. Como Sjöholm salienta, isto liga a defesa que Antígona protagoniza do seu irmão falecido a uma linhagem maternal, por oposição ao Estado patriarcal de Creonte, o que permite que a tragédia seja eficazmente lida como o drama de uma linhagem maternal “original” cuja derrota perante o patriarcado impediu a emergência de uma verdadeira ética da diferença sexual (Sjöholm 2004: 113).

Uma das mais significativas contraposições a uma política identitária feminista derivada da filosofia de Irigaray surgiu pela mão de Judith Butler, que retoma o tema referente a Antígona

no seu estudo *Antigone's Claim: Kinship between Life and Death* (2000). Aqui, Butler responde a Hegel, a Irigaray e a Lacan numa revisão pós-estruturalista das leis de parentesco estruturalistas de Lévi-Strauss, que também foca a intrigante sexualidade incerta de Antígona, já que ela se opõe, "como um homem", a Creonte. Butler prossegue, observando que uma das principais preocupações que a história de Antígona suscita nas feministas é a própria inflexibilidade e o absolutismo da sua revolta auto-sacrificadora contra o Estado. A sua defesa do parentesco é tal que se torna impossível afirmar os seus direitos e, simultaneamente, continuar a viver. A sua história expõe, então, de forma particularmente clara os dilemas inerentes à politização das esferas domésticas do familiar e do parentesco quando tal é feito dentro dos mesmos termos estipulados pela esfera pública do Estado. Como Butler observa, Luce Irigaray pode até ter argumentado que Antígona representa "um desafio feminino ao estadismo e um exemplo de anti-autoritarismo" (Butler 2000: 1). Contudo, se a família e o Estado se co-autorizam, o acto público de resistência protagonizado por Antígona reinveste naquelas mesmas formas de poder que o Estado representa. Logo, no seu acto de rebeldia, Antígona limita-se a assimilar "os termos de soberania que rejeita" (*idem*: 11) e apropria a retórica que sustenta a sua agência a partir daquela que é usada pelo próprio Creonte. Embora não concretize a reivindicação de Antígona como heroína *gay*, representativa de uma sexualidade que não é heterossexual, Butler aponta a recusa de Antígona perante um encerramento simbólico heterossexual para a tragédia edipiana, daí o seu potencial para desestabilizar o parentesco heterossexual normativo. Como Butler afirma, "de facto, ela parece destituir a heterossexualidade ao recusar-se a fazer o que era necessário para ficar viva por Hémon, ou seja, ao recusar tornar-se uma esposa e uma mãe" (*idem*: 76). No que concerne ao problema de contrapor a meta-história edipiana do cânone nacional, o que de mais importante a leitura de Antígona feita por Butler nos confere é uma posição

>>

a partir da qual se pode considerar as relações de parentesco como contingentes, e criticar políticas identitárias essencialistas baseadas numa nostalgia (protonacionalista) relativamente às origens matriarcais perdidas e à busca de uma matrilinearidade utópica.

As relações de parentesco, a genealogia e as políticas identitárias feministas são assuntos que aparecem no cerne do debate proposto pelas *Novas Cartas Portuguesas*, precisamente pela sua capacidade de contra-narrar o nacionalismo imperial. Esta obra, que data de 1972 e se debruça sobre a história da freira portuguesa Mariana Alcoforado, procura uma inspiração mítica bem diferente daquela que informa o drama de Antígona, em qualquer sentido clássico. No entanto, há pontos de contacto entre o destino sacrificado de Antígona, que é emparedada viva e opta por morrer sem deixar descendência como forma de protesto contra o Estado paternal, e o da desapossada freira portuguesa que, à semelhança de Antígona, é também ela emparedada viva num convento e morre sem ter sido mãe, como forma de expor o excedente feminino fora da economia do casamento, que suporta o Estado. Além disso, podemos argumentar que ambas as vozes de Antígona e de Mariana se erguem de uma posição que é exterior ao cerrado círculo heterossexual e convencional (materno). Tal como a análise que se segue irá demonstrar, *Novas Cartas*, com as suas múltiplas e evolutivas posições feministas, reproduz eficazmente muitas das tensões que identificamos entre as teorizações de Antígona apresentadas por Irigaray e por Butler, tais como os argumentos sobre o valor da linhagem feminina e as abordagens ao historicismo que estes argumentos implicam.

A posição do feminino enquanto mãe e matriz é, certamente, um tema recorrente em *Novas Cartas*. O relacionamento entre Mariana Alcoforado e a sua mãe, bem como os relacionamentos entre outras mães e outras filhas com nomes semelhantes são rastreados ao longo dos tempos, com algumas variações fundamentais, desde o século XVII até à actualidade.

Em simultâneo, Mariana torna-se a mãe que as Três Marias nunca tiveram, e vice-versa. Elas tornam-se “mães” textuais umas das outras, num processo psicanalítico semelhante ao da transferência (Kauffman 1986: 286). E, de forma correspondente, reescrevem o feminino no simbólico nacional português, regenerando figuras tais como a trágica D. Inês de Castro e a traíçoeira rainha medieval D. Tareja. O seu olhar aparentemente retrógrado sobre a destruição das relações entre mãe e filha no contexto dos sistemas patrilineares solicita que se questionem, então, as condições sob as quais este relacionamento poderia ser restabelecido como uma fonte única de poder cultural feminocêntrico. Elas parecem determinadas a rastrear a história da opressão das mulheres até à sua origem, a identificar a causa “raiz” e o momento preciso, implicando que houve um momento histórico a nível mundial em que o patriarcado derrotou o matriarcado. Por um lado, há aqui um forte eco das teorias antropológicas de “Direito Materno”, que foram fulcrais para algumas formas de feminismo radical nos anos 70 e também para o estudo *The Origins of the Family, Private Property and the State*, de Engels. Na sua “reviragem do amor em direcção à história e à política”, as Marias embarcam numa viagem fundamental ao longo da qual “desentulhamos o que de assustador temos para nós” (Barreno/Horta/Costa 2010: 83). Assim, uma das Marias declara na Terceira Carta IV: “temos de remontar o curso da dominação, desmontar suas circunstâncias históricas, para destruir suas raízes” (*idem*: 80). Todavia, a busca de uma origem histórica torna-se, em simultâneo, progressivamente retórica nas últimas cartas, quando uma delas faz a seguinte observação: “foram bifurcados, irremediavelmente, o destino do homem e da mulher, mas quando, mas quando?” (*idem*: 205).

Em “Segunda Carta Final”, que aparece na recta final do livro, uma Maria cede à derrota, dizendo: “lhe faltou seguirmos o traço até ao fim, o desenho todo das personagens, e as suas raízes, podres ou não e os seus tentáculos, as suas ondas que se espalham a toda a volta, nos outros, nas coisas, no passado, no

>>

futuro” (*idem*: 287-8). De facto, a busca teleológica das origens e das fontes tem encontrado progressiva resistência e sabotagem, e tem sido impossibilitada. No seu papel de parceira rebelde e apaixonada, a apropriação que a freira faz da subjectividade e da vocalização através da palavra escrita envolve-a numa linhagem dinástica perturbadora e deslocadora. As Marianas que as Três Marias reinventam rejeitam os papéis das mulheres enquanto repouso do guerreiro, portadora dos herdeiros do sexo masculino e matriz da continuidade genealógica, que permitem que o homem eluda a natureza finita da sua própria existência. Os laços de sangue não são essenciais, pois são uma base instável de afirmação das origens, das verdades e dos direitos. A descendente de Mariana, que nasce por volta de 1800, comenta de forma reveladora que “se os homens constituíssem famílias e linhagens para se garantirem descendência de nomes e de propriedades, não será lógico que as mulheres utilizem sua descendência sem nome nem propriedade para perpetuar o escândalo e o inaceitável?” (*idem*: 139). Após várias revelações que vão surgindo nas cartas, descobrimos que a própria Mariana é filha ilegítima da sua mãe e de um seu amante e, portanto, não é, de todo, uma legítima Alcoforado (*idem*: 183-5).

A alternativa à patrilinearidade que desponta não se faz pelo relacionamento entre mãe e filha, mas sim entre tia e sobrinha, sendo por elas denominado de “rebento extemporâneo e filosófico desta linhagem feminina” (*idem*: 139) e criando uma “linhagem assim oposta ao esquecimento e à diluição, à absorção rápida de um escândalo na paz das famílias e das sociedades” (*ibidem*). Através deste gesto, elas associam a contra-linhagem feminina aos actos femininos de contra-memória, estabelecendo uma temporalidade alternativa. Assim, as sobrinhas, as sobrinhas-netas e as sobrinhas-bisnetas de Mariana tornam-se comentadoras do legado histórico dela, bem como das suas próprias épocas históricas, numa série de afirmações tangentes e desconstrutivas acerca dos momentos monumentais da história do Iluminismo e da Revolução Francesa.

Maria Alzira Seixo observou, de forma notável, que o texto parte de uma “paráfrase criativa da história literária [*Letras Portugais*] mas acaba por fundar decisivamente a sua própria temporalidade” (Seixo 2001: 187). A questão com a qual se depararam foi como criar uma estética da memória das mulheres evitando as armadilhas da nostalgia. No acto de se representarem a si mesmas como nacionais, portanto, como portuguesas, sem contribuírem para aquilo que McClintock descreve como uma “temporalidade que era natural por ser *familiar*” (McClintock 1995: 38-9), a sua construção da memória assume contornos de uma contra-memória, exigindo formas diferentes e disruptivas de temporalidade. A mudança de paradigma descrita por Seixo, de paráfrase criativa da história literária para uma temporalidade inteiramente nova, assinala o anti-fundacionalismo do texto. A prioridade do estabelecimento de temporalidades alternativas é preparada desde o início, em que datas revolucionárias significativas, tais como a Revolução Bolchevique de Outubro e o Maio de 68, colapsam sincronicamente num único projecto lateral de insurreição feminista.

>>

A desconstrução de ambas as linhagens maternal e paternal estende-se, por analogia, a uma questionação e a um descenramento de todos os discursos teleológicos hegelianos de progresso histórico. Quando a “revolução” chegar, será insuficiente para libertar as mulheres. Nem o desenvolvimento “naturalizado” e evolucionário das genealogias, nem o desdobrar dialéctico de progressão unidireccional servirá para garantir o “progresso” libertário para as mulheres. Antes, as *Novas Cartas* incorporam o paradoxo de serem um texto fundador que é anti-fundacionalista. Na leitura que faz das *Novas Cartas* na óptica da teoria *queer*, Ana Luísa Amaral foca a “desestabilização dos centros” marcados pelas normas hetero-patriarcais. O que é particularmente interessante para o presente estudo é que Amaral propõe uma ligação entre o desfazer de papéis sexuais rigidamente dicotomizados e o desafio da “própria rigidez atribuída à periodização histórica” (Amaral 2001: 82).

Este anti-fundacionalismo torna-se óbvio ao considerarmos o facto de que as Três Marias não olham para trás, quer para quaisquer possíveis antepassadas portuguesas do feminismo republicano da primeira vaga, quer para as “grandes individualidades” do passado feminista. Por um lado, é necessário que tenhamos em conta que o Estado Novo tornou estas ligações intelectuais pragmaticamente muito difíceis, bem como politicamente arriscadas, ao suprimir activamente a história das mulheres do período da República (1910-26) e as campanhas iniciais em prol do sufrágio. Contudo, alguma da obra escrita da exilada Maria Lamas, a mais emblemática feminista sobrevivente da época e uma conhecida oponente do Estado, estava em circulação em Portugal nos primeiros anos da década de 70.⁴ As Marias optaram, no entanto, por iniciar evidentes rupturas epistémicas com o passado recente, tanto na sua escolha de método estético, como na sua selecção do século XVII. A ideologia de um maternalismo obrigatório e essencialista, que o próprio Estado Novo incorporava como elemento primordial dos seus discursos oficiais referentes à família e ao Estado, era uma carga demasiado pesada para que as Marias conseguissem (ou quisessem?) reformulá-la sob a aparência de um discurso genealógico de libertação feminina. A ligação entre mãe e filha, que pode ter sido ditada pelo seguimento à risca do simbólico feminino de Irigaray, arriscava-se a ser congruente com uma matrilinearidade autoritária contaminada, no contexto português, por uma associação, viva e actual, com a ditadura.

O tratamento de antepassadas literárias é similarmente sintomático a este respeito. Como Klobucka e outros observaram, Florbela Espanca recebe um tratamento mínimo e declaradamente marginal em *Novas Cartas* (Barreno/Horta/Costa 2010: 294; Klobucka 2003: 193), sendo que é invocada como um grande retrato pendurado na parede, o tipo tradicional de exibição pública tutelar que apresentava uma imagem vigilante e paternalista do ditador. E, de facto, as Três Marias desassociavam explicitamente o seu projecto da autoridade maternal de

Agustina Bessa Luís, procurando evitar o destino que foi reservado à sua heroína do conto "A Mãe de um Rio", que alegoriza o preço sacrificial e castrador a pagar pela dádiva da criatividade feminina (Barreno/Horta/Costa 2010: 41). Já em 1980, Stegagno Picchio antecipara os problemas que as *Novas Cartas* apresentam enquanto texto "predecessor" para a escrita portuguesa de autoria feminina em qualquer sentido linear e genealógico.

Com a sua "nova memória" de uma "velha dinastia", as *Novas Cartas* delineiam, então, o espaço transicional em que o uso crítico do termo "genealogia" se submete a uma mudança de paradigma na direcção do cunho que lhe é dado por Foucault. Foucault refere-se a uma prática da história que "procura estabelecer os vários sistemas de subordinação", analisando a forma como são produzidos e consolidados os diversos regimes de verdade ao longo dos tempos, pelas operações discursivas do poder (Foucault 1977: 148, 143-5). Assim, apesar dos apelos periódicos das *Novas Cartas* para a descoberta de uma "origem" única da supressão da mulher pelo homem, à imagem de uma grande derrota histórica do matriarcado pelo patriarcado, a estruturação recursiva do próprio texto faz desta busca de uma "origem" (da qual o facto de se basearem nas ilusórias *Lettres Portugaises* é uma marca) uma rede de fissuras e fracturas rodeada de reivindicações de verdade. Por sua vez, as reinvenções de Mariana propostas pelas Marias lembram os "inimigos de guerrilha" de Butler actuando no seio do simbólico patriarcal, à medida que elas inventam os seus interlocutores do sexo masculino e colocam a intertextualidade poética masculina sempre em jogo. Ao enfatizarem a contingência sobre o essencialismo e desinstituindo as normas identitárias hetero-patriarcais, as Três Marias afiguram aquilo que Foucault designa de "contra-memória [como] uma transformação da história numa forma totalmente diferente de tempo" (Foucault 1977: 160).

Como Marianne Hirsch e Valerie Smith apontaram nas suas considerações acerca do processo de sexualizar a memória cultural, o acto de lembrar "no presente" pode, ao mesmo

>>

tempo, ser composto por “numerosas temporalidades estratificadas” (Hirsch / Smith 2002: 2). É a presença desta estratificação da temporalidade na estrutura de *Novas Cartas* que permite que a identidade feminina se afirme como contingente e não absoluta. A título de exemplo, cada uma das cartas ou fragmentos, poemas, ensaios e jogos de palavras aponta para pelo menos duas direcções temporais em simultâneo, ou, geralmente, até mais. Temporalidades múltiplas e a sua distinta lógica política e histórica podem, portanto, habitar e atravessar qualquer fragmento, para que o escritor e o destinatário possam também dialogar e responder, em simultâneo, enquanto sujeitos do discurso que são construídos diferentemente num mesmo tempo. As formas inter-relacionadas de subjectividade feminina que emergem nas *Novas Cartas* aproximam-se da definição de “articulação” proposta pela teórica política Chantal Mouffe, na sua descrição da cidadania política não-essentialista, no contexto da busca de uma democracia radical (1993). Afastando-se da separação e dispersão das posições dos sujeitos avançada por Foucault, para Mouffe o princípio da articulação “estabelece uma relação contingente e não predeterminada entre as variadas posições. Embora não seja necessária uma ligação entre as diferentes posições dos sujeitos, no campo da política há sempre discursos que tentam prover uma articulação a partir de diferentes pontos de vista” (Mouffe 1993: 78).

Assim sendo, onde é que esta articulação de posições de sujeito localiza “o país das Três Marias” de que fala Ana Paula Ferreira? O posicionamento que aqui se propõe para ele apresenta-se como uma terceira opção, que nos leva para além das anteriores tendências de dicotomizar as *Novas Cartas* como sendo feminista, só no exterior, mas anti-fascista em Portugal. Tendo em atenção os importantes estudos que têm sido elaborados em Portugal por Ana Luísa Amaral e Maria Alzira Seixo, entre outras, que reconcebem abertamente a relevância feminista das *Novas Cartas* num contexto português, a nossa focalização do texto dá relevo às tensões que são inerentes ao seu estatuto de

obra fundadora e anti-fundacionalista da crítica feminista moderna em Portugal. A este respeito, retiramos conhecimento das leituras de Antígona feitas por Irigaray e por Butler. Em linha com as políticas feministas de Irigaray, o texto parte de preconceitos de género e de exclusões do cânone, bem como dos seus efeitos nas mulheres e na história da cultura ocidental. A escolha de Mariana como tema do trabalho das Marias invoca, evidentemente, a ausência do lugar das mulheres no simbólico literário nacional português. Todavia, na perspectiva de Butler, o texto permite ataques de guerrilha ao patriarcado, que provêm do interior do simbólico literário nacional, recusando a perigosa nostalgia de uma influência única ou de uma genealogia maternal marcada como uma “alternativa” monolítica.

>>

Em lugar disso, e seguindo a articulação politicamente contingente, mas não-essencialista entre posições de sujeitos que é proposta por Chantal Mouffe, é-nos possível focalizar duas questões principais. Como é que as mulheres tematizaram a própria questão da autoria feminina nas suas obras? Como é que elas se relacionaram com questões de criatividade sob as condições impostas pela canonicidade masculina, que se auto-estabelece como “lei” que governa o “corpo” da escrita feminina? Como é que elas vêem e reconhecem as mulheres enquanto escritoras nos seus textos? Essencial neste contexto é a interrogação referente ao que Susan Wolstenholme designa de “gestos reflexivos no texto, momentos codificados que sugerem a preocupação do texto com a sua própria produção, ocasiões em que estes textos nos ensinam a lê-los como reescritas que são releituras” (Wolstenholme 1993: xiv). Em segundo lugar, e baseando-nos na natureza auto-reflexiva das histórias genealógicas de Foucault, questionamo-nos quanto à forma como estas escritoras se comprometeram com os diálogos intertextuais, propostos por Graça Abranches, com antepassados literários de ambos os sexos e com a sua manifesta falta ou supressão de uma memória cultural feminina. Ao tomarmos as *Novas Cartas* quer como modelo teórico quer como inspiração para este exercício, pretende-se utilizar

o seu mapeamento criativo da perturbada memória cultural das mulheres como contra-memória para avançar a nossa leitura da forma como proeminentes escritoras portuguesas do século XX procederam ao desvendamento da figura da “mulher” enquanto leitora, escritora e crítica, trabalhando dentro e fora do condicionamento da sexualidade, num “país das Três Marias” que está simultaneamente dentro e fora da tradição literária nacional. <<

36>37

NOTAS

[1] Estou muito grata, como sempre, à minha co-autora Cláudia Pazos Alonso por ter dado a sua permissão para a edição em português deste artigo, baseado na Introdução do nosso livro “a quatro mãos”: Hilary Owen e Cláudia Pazos Alonso, *Antigone's Daughters? Gender, Genealogy and the Politics of Authorship in 20th-Century Portuguese Women's Writing*. Também agradeço imenso o trabalho realizado pela Maria Armanda Fortes Tavares na tradução deste artigo do inglês para o português.

Este ensaio é financiado por Fundos FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade – COMPETE e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do Projecto “Novas Cartas Portuguesas 40 Anos Depois” (PTDC/CLE-LLI/110473/2009).

[2] Ver também Edfeldt, que afirma que “literary historiography, as a discipline and an historical genre, is a product of Romanticism and, throughout the Positivist era, it was understood as a project designed to construct and define national identity” (2006: 23).

[3] Os três ensaios de Irigaray que focam o tema de Antígona são: “The Eternal Irony of the Community”, *Speculum of the Other Woman* (1985); “The Universal as Mediation”, *Sexes and Genealogies* (1993); e “The Female Gender”, *Sexes and Genealogies* (1993). Também pertinente para a nossa discussão de Antígona é “An Ethics of Sexual Difference”, *An Ethics of Sexual Difference* (1993). Luisa Muraro, em “Female Genealogies”, *Engaging with Irigaray* (1994), oferece uma análise muito astuta dos vários posicionamentos assumidos por Irigaray em relação a Antígona (ver Muraro 1994).

[4] Ver, por exemplo, *Mulheres Contra Homens?* (1971: 75).

BIBLIOGRAFIA ∨

Abranches, Graça (1998a), "Unlearning in Order to Speak: Politics, Writings and Poetics of Portuguese Women of the Twentieth Century", University of Manchester, Spanish and Portuguese Studies Department Seminar, 23 April.

-- (1998b), "'On What Terms Shall We Join the Procession of Educated Men?' Teaching Feminist Studies at the University of Coimbra", *Oficina do CES*, n.º 125, Julho, Centro de Estudos Sociais, Coimbra: 1-21.

Alcoforado, Mariana (1993), "Lettres Portugaises", *Cartas Portuguesas*, Lisboa, Assírio e Alvim: 57-101 [1669].

Amaral, Ana Luísa (2001), "Desconstruindo Identidades: Ler *Novas Cartas Portuguesas* à Luz da Teoria Queer", *Cadernos de Literatura Comparada 3-4: Corpo e Identidades*: 77-91. >>

Barreno, Maria Isabel / Maria Teresa Horta / Maria Velho da Costa (2010), *Novas Cartas Portuguesas*, Edição Anotada. Org. Ana Luísa Amaral, Lisboa, Publicações Dom Quixote [1972].

Battersby, Christine (1989), *Gender and Genius: Towards a Feminist Aesthetic*, London, The Women's Press.

Butler, Judith (2000), *Antigone's Claim: Kinship between Life and Death*, New York, Columbia University Press.

Edfeldt, Chatarina (2006), *Uma história na História. Representações da Autoria Feminina na História da Literatura Portuguesa do Século XX*, Montijo, Câmara Municipal de Montijo.

Elfenbein, Andrew (1999), *Romantic Genius: The Prehistory of a Homosexual Role*, New York, Columbia University Press.

Engels, Friedrich (1985), *The Origin of the Family, Private Property and the State*, Harmondsworth, Penguin [1884].

Ferreira, Ana Paula (1993), "Discursos Femininos, Teoria Crítica Feminista: Para uma resposta que não é", *Discursos: Estudos de Língua e Cultura Portuguesa* 5: 13-27.

-- (2000), *A Urgência de Contar*, Lisboa, Caminho.

Foucault, Michel (1977), "Nietzsche, Genealogy, History", in Donald F. Bouchard (ed.), *Language, Counter-Memory, Practice. Selected Essays and Interviews*, trans. Donald F. Bouchard and Sherry Simon, Oxford, Basil Blackwell: 139-64.

Gil, Isabel Capelo (2006), "Espectros Literários: *Perdição* de Hélia Correia", in Maria de Fátima Sousa e Silva (ed.), *Furor: Ensaio Sobre a Obra Dramática de Hélia Correia*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra: 61-76.

Hirsch, Marianne / Valerie Smith (2002), "Feminism and Cultural Memory: An Introduction", *Signs: Gender and Cultural Memory* 28.1: 1-19.

Irigaray, Luce (1985), "The Eternal Irony of the Community", *Speculum of the Other Woman*, Ithaca, Cornell University Press: 214-226.

-- (1993a), "An Ethics of Sexual Difference", *An Ethics of Sexual Difference*, London, Athlone: 116-129.

-- (1993b), "The Female Gender", *Sexes and Genealogies*, New York, Columbia University Press: 105-123.

-- (1993c), "The Universal as Mediation", *Sexes and Genealogies*, New York, Columbia University Press: 125-149.

Kauffman, Linda S. (1986), *Discourses of Desire: Gender, Genre, and Epistolary Fictions*, Ithaca, Cornell University Press.

Klobucka, Anna (1993), "De Autores e Autoras", *Discursos: Estudos de Língua e Cultura Portuguesa* 5: 49-65.

-- (2000), *The Portuguese Nun: Formation of a National Myth*, Lewisburg, PA: Bucknell University Press.

-- (2009), *O Formato Mulher: A Emergência da Autoria Feminina na Poesia Portuguesa*, Coimbra, Angelus Novus.

-- (2003), "Spanking Florbela: Adília Lopes and a Genealogy of Feminist Parody in Portuguese Poetry", *Portuguese Studies* 19: 190-204.

Magalhães, Isabel Allegro de (1995), *O Sexo dos Textos: E Outras Leituras*, Lisboa, Caminho.

-- (1987), *O Tempo Das Mulheres: A Dimensão Temporal na Escrita Feminina Contemporânea. Ficção Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

McClintock, Anne (1995), *Imperial Leather: Race, Gender and Sexuality in the Colonial Conquest*, New York, Routledge.

Mouffe, Chantal (1993), *The Return of the Political*, London, Verso.

Mulheres Contra Homens? (1971), Lisboa, Dom Quixote.

Muraro, Luisa (1994), "Female Genealogies", in Carolynne Burke, Naomi Schor and Margaret Whitford (eds.), *Engaging with Irigaray*, New York, Columbia University Press: 317-33.

Reis, Carlos (1995), *O Conhecimento da Literatura: Introdução aos Estudos Literários*, Coimbra, Livraria Almedina.

Sadlier, Darlene (1989), *The Question of How: Women Writers and the New Portuguese Literature*, New York, Greenwood Press.

Seixo, Maria Alzira (2001), "Quatro Razões Para Reler *Novas Cartas Portuguesas*", *Outros Erros: Ensaios de Literatura*, Porto, Asa: 179-187.

Silva, Vítor Manuel de Aguiar e (2007), *Teoria da Literatura*. 8.^a ed., Coimbra, Almedina. >>

Sjöholm, Cecilia (2004), *The Antigone Complex: Ethics and the Invention of Feminine Desire*, Stanford, Calif., Stanford University Press.

Santos, Maria Irene Ramalho de Sousa (1998), "Re-Inventing Orpheus: Women and Poetry Today" *Portuguese Studies* 14: 122-137.

Santos, Maria Irene Ramalho de Sousa / Ana Luísa Amaral (1997), "Sobre a 'Escrita Feminina'", *Oficina do CES*, n.º 90, Abril, Centro de Estudos Sociais, Coimbra: 1-42.

Stegagno-Picchio, Luciana (1980), "Le Nipoti de Marianna: Note Sulla Letteratura Femminile in Portogallo", in Adelina Aletti (ed.), *Gli Abbracci Feriti: Poetesse Portoghesi di Oggi*, Milano, Feltrini: 5-11.

Steiner, George (1996), *Antigones*, New Haven, Yale University Press.

Wolstenholme, Susan (1993), *Gothic (Re)Visions: Writing Women as Readers*, Albany, State University of New York Press.